

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANÁLISE DE PERCURSOS DE EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO POPULAR¹

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN PANDEMIC TIMES:
ANALYSIS OF PATHWAYS OF POPULAR EDUCATION STUDENTS

EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN TIEMPOS DE PANDEMIA:
ANÁLISIS DE CAMINOS DE EDUCANDOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR

Maria Clarisse Vieira²; Violeta Acuña-Collado³

RESUMO:

O ano de 2020 foi emblemático devido ao surgimento e disseminação da pandemia covid-19 ao nível mundial. A crise sanitária instalada a partir deste período trouxe profundas mudanças em nossas sociedades, com reverberações também no setor educativo. Este artigo problematiza a experiência do Projeto Paranoá-Itapõa de alfabetização de jovens e adultos, realizado por meio da parceria entre o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP) e a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília no Distrito Federal, Brasil, a fim de identificar os desafios vivenciados por educandos(as) para levarem adiante a luta pelo direito à educação e à vida em um contexto de ensino remoto e isolamento social. Para tanto, o texto dialoga com as contribuições de Paulo Freire, a teoria crítica formulada por Walter Benjamin, autores da área de Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular. O estudo de natureza qualitativa contempla uma análise de entrevistas e um questionário realizado com alfabetizandos da Educação Popular. O artigo aponta os desafios enfrentados por estes sujeitos e indica a Educação Popular como lócus de resistência, evidenciando a importância de ações educativas que ensejem o acolhimento e a escuta sensível e atenta sobre as realidades vivenciadas, propiciando a superação de situações-limites e a criação de inéditos viáveis em tempos incertos.

PALAVRAS-CHAVES: Educação de jovens e Adultos, Educação Popular, Covid-19

¹A pesquisa que subsidiou a escrita deste artigo foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP- DF)

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília. Brasília, DF - Brasil. **E-mail:** mariaclarissev@gmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento Pessoal e Aprendizagem, Teorias Epistemológicas Aplicadas pela Universidade Católica do Sacro Coração de Milão, Itália. Professora da Universidade Playa Ancha. Valparaíso, Chile. **E-mail:** v-acuna@upla.cl

Submetido em: 10/03/2023 - **Aceito em:** 21/10/2024 - **Publicado em:** 12/12/2024

ABSTRACT:

The year 2020 was emblematic due to the emergence and spread of the covid-19 pandemic globally. The health crisis installed during this period brought profound changes to our societies, with repercussions also in the education sector. This article problematizes the experience of the Paranoá-Itapõa Adult Literacy Project carried out through a partnership between the Paranoá Cultural and Development Center (CEDEP) and the Education College of the University of Brasília in the Federal District - Brazil, in order to identify the challenges faced by students to carry on the fight for the right to education and life, in a context of remote teaching and social isolation. With that in mind, the text dialogues with the contributions of Paulo Freire, the critical theory formulated by Walter Benjamin, authors in the field adult and young education and with popular education. The qualitative study includes analysis of interviews and a questionnaire carried out with adult literacy students from popular education. The article highlights the challenges faced by these subjects and indicates popular education as a locus of resistance, demonstrating the importance of educational actions that allow for welcoming, sensitive and attentive listening to lived realities, enabling the overcoming of limiting situations and the creation of untested feasibility in uncertain times.

KEYWORDS: Adult and Youth Education, Popular Education, Covid-19

RESUMEN:

El año 2020 fue emblemático debido al surgimiento y la propagación de la pandemia covid-19 a nivel mundial. La crisis sanitaria instalada a partir de este período trajo profundos cambios a nuestras sociedades, con repercusiones también en el sector educativo. Este artículo problematiza la experiencia del Proyecto Paranoá-Itapõa de alfabetización de jóvenes y adultos realizado a través de la colaboración entre el Centro de Cultura y Desarrollo de Paranoá (CEDEP) y la Facultad de Educación de la Universidad de Brasília en el Distrito Federal - Brasil, con el objetivo de identificar los desafíos vividos por los estudiantes para continuar luchando por el derecho a la educación y la vida, en un contexto de enseñanza remota y aislamiento social. Para ello, el texto dialoga con las contribuciones de Paulo Freire, con la teoría crítica formulada por Walter Benjamin y con autores de la área de Educación de Jóvenes y Adultos y de educación popular. El estudio de naturaleza cualitativa incluye análisis de entrevistas y un cuestionario realizado con estudiantes de alfabetización de educación popular. El artículo destaca los desafíos que enfrentan estos sujetos y indica la educación popular como un lugar de resistencia, demostrando la importancia de acciones educativas que permitan la acogida, la escucha sensible y atenta sobre las realidades vividas, permitiendo superar situaciones límite y la creación de viabilidades inéditas en tiempos inciertos.

PALABRAS CLAVE: Educación de Jóvenes y Adultos, Educación Popular, Covid-19

1 INTRODUÇÃO

Em 2020, o mundo enfrentou uma realidade que parecia ter saído de obras de ficção: a emergência de uma pandemia de proporções globais. Com a rápida propagação do novo coronavírus, todos os países foram imersos, de forma repentina, em uma crise sanitária. Em março desse mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a covid-19 como uma pandemia. Para conter a disseminação do vírus, muitos países adotaram medidas de isolamento social, restringindo a circulação de pessoas nos espaços públicos, fechando fronteiras e impondo toques de recolher, entre outras ações.

A letalidade do vírus gerou grande preocupação entre a população mundial em 2020 e 2021, especialmente antes da produção e distribuição das vacinas. Na realidade brasileira, bem como no mundo todo, a pandemia resultou na perda de muitas vidas. Do início da pandemia, em março de 2020, até dezembro de 2022, o país registrou, aproximadamente, 690 mil óbitos por covid-19 (BRASIL, 2023). Neste contexto, a crise vivenciada na saúde pública, materializada no colapso de hospitais, exacerbou-se graças a uma cultura negacionista, que contribuiu para a desinformação, levando muitas pessoas a subestimarem a gravidade da situação.

Além dos efeitos na saúde pública, a pandemia também agravou outras crises já existentes no Brasil, como as sociais, políticas, econômicas e, especialmente, educacionais. Esta afirmação pode ser percebida quando observamos as políticas na área de educação de jovens e adultos (EJA), que já apresentava retrocessos em virtude do parco financiamento, que esmaecia a garantia do acesso e permanência à educação escolar. Era esperado, portanto, que, em virtude da pandemia e sua consequente crise sanitária, as disparidades já existentes fossem exacerbadas. Diante da realidade do público da EJA e dos problemas enfrentados no cotidiano, foi necessário refletir e buscar encaminhamentos para vários desafios. Entre eles, “a viabilidade das aulas remotas, o trabalho docente, a qualidade do ensino, os métodos e instrumentos didáticos, bem como os determinantes socioeconômicos que poderiam impactar a aprendizagem” (Lopes e Vieira, 2022, p.2).

Diante deste cenário, propostas voltadas para a continuidade da educação se tornaram essenciais. O Projeto Paranoá-Itapoã, por exemplo, foi uma destas iniciativas que buscou apoiar educandos em processo de alfabetização e garantir a continuidade das atividades durante a pandemia. Este artigo visa compreender os desafios vivenciados por educandos (as) para levarem adiante a luta pelo direito à educação e à vida em um contexto de ensino remoto e isolamento social. O texto integra uma pesquisa mais ampla realizada nos anos de 2021 e 2022, e teve como base as contribuições da educação popular e da teoria crítica formulada por Walter Benjamin que dialogam com a pedagogia do oprimido, proposta por Paulo Freire (1987), dentre outros⁴. O texto está dividido em três partes. No primeiro momento, analisa-se o contexto atual das políticas de EJA com base nas políticas educativas empreendidas desde 2016 e nos desafios que emergem a partir da pandemia covid-19. Em seguida, apresenta-se, de forma breve, a trajetória do projeto Paranoá e Itapoã, descrevendo algumas ações levadas a cabo durante esse período. Na última parte, realiza-se uma reflexão tendo como fundamento a entrevista e os questionários realizados com os educandos do projeto.

⁴ A pesquisa foi desenvolvida com a participação das estudantes Letícia Araujo Félix e Fernanda Pires Cardoso, que à época realizavam iniciação científica.

2 -EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A DESCONTINUIDADE NAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

A tentativa de assegurar os direitos sociais e humanos em sociedades atravessadas por desigualdades constitui-se um desafio que marca a história brasileira. Entre tantos esforços, a luta por garantir a educação como um direito universal tem avançado de forma paulatina. Um dos aspectos mais desafiadores deste processo é a luta por assegurar a Educação dos Jovens e Adultos (EJA)

O público da EJA é composto por jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade que lhes era de direito. Estes sujeitos, em geral, possuem trajetórias escolares truncadas e estão inseridos em contextos de vulnerabilidade social, além disso, enfrentam processos de exclusão social, que se manifestam em segregação cultural, espacial, étnica e econômica. No cotidiano, isso resulta na fragilização de seu sentimento de pertencimento social e na limitação de suas perspectivas de futuro.

Apesar dos esforços de muitos educandos para superarem as barreiras impostas pela exclusão social, as políticas públicas voltadas para este público têm, paradoxalmente, contribuído para a ampliação de suas desigualdades. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) de 2019, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de pessoas acima de 25 anos com Ensino Médio completo aumentou de 45,0% em 2016 para 48,8% em 2019. No entanto, mais da metade da população adulta, ou seja, 51,2% (equivalente a 69,5 milhões de pessoas), não haviam concluído esta etapa educacional. Ademais, a pesquisa revelava que 11 milhões de pessoas, ou 6,6% da população com 15 anos, ou mais, não sabiam ler e escrever (IBGE, 2019).

Não obstante a gravidade destes dados, desde o ano de 2010, as matrículas da EJA vêm sofrendo uma queda significativa em sua oferta, intensificada após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma em 2016. O censo escolar mostra a diminuição do número de pessoas matriculadas entre os anos de 2013 e 2021. Enquanto, em 2013, havia 3.830.207, em 2020, estava em 3.002.749 matriculados, caindo para 2.962.322 estudantes em 2021, somando-se Ensino Fundamental e Médio.

É importante mencionar que a instabilidade política vivida nesse momento trouxe muitos desafios ao campo educacional. No âmbito do financiamento, houve o fim da destinação do fundo social do Pré-sal para a educação e, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, o congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos, afetando de forma contundente a educação pública e outras políticas sociais.

Neste cenário, foram aprovadas uma série de emendas constitucionais (PEC) que possibilitaram as reformas da previdência e do trabalho. Ainda há que se ressaltar a implantação da Base Nacional Curricular comum (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio⁵, que no seu bojo, trouxeram muitas mudanças à educação brasileira.

Em 2018, no contexto de intensa polarização política, foi eleito para presidência da República Jair Messias Bolsonaro, candidato que adotou um discurso vinculado à extrema-direita. No começo de sua gestão, houve o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), na qual, desde 2004, se abrigava a Diretoria de Políticas de EJA, cujas atribuições foram redistribuídas inicialmente entre a Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Alfabetização (SEALF) e, posteriormente, para a Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), vinculada à SEB. Alguns meses depois foi desfeita a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), que era constituída por pessoas que representavam movimentos sociais e da sociedade civil, e se configurava como importante espaço para a criação de políticas de EJA. Vale ressaltar que programas criados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como o Programa Nacional de Jovens – (Projovem) e Programa Brasil Alfabetizado, embora não tenham deixado de existir, foram enfraquecidos em virtude da falta de investimento financeiro. Assim, verificou-se um processo de desarticulação institucional, que acarretou o fechamento de escolas e turmas de EJA em todo país.

No livro *A cruel pedagogia do vírus*, Santos (2020) analisa a conjuntura instaurada a partir da pandemia covid-19. De acordo com este autor, desde a década de 1980, foram postas em prática políticas de corte neoliberal, ocasionando crises constantes em diversos setores da sociedade. Todavia, a ideia de uma crise permanente é um oxímoro, uma vez que a palavra crise carrega em si a premissa de algo transitório. Não obstante, quando se torna permanente, abre-se espaço para justificar os cortes em setores como saúde, educação, previdência social, ou até mesmo a aceitação passiva da degradação dos salários (Santos, 2020). Neste cenário, a emergência da covid-19 contribuiu para aprofundar as crises instaladas ao nível mundial, intensificando a luta pela garantia de direitos humanos fundamentais, dentre eles, o direito à educação e à aprendizagem dos sujeitos da EJA.

No Brasil, com o advento da pandemia, encetaram-se medidas como a suspensão das aulas presenciais em escolas e universidades, em virtude da necessidade de adaptação ao contexto de ensino remoto, como forma de conter a disseminação do vírus. O Distrito Federal

⁵A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), além de nova organização, prevê adaptações no currículo, flexibilização por áreas do conhecimento, com implicações no aumento da carga horária, e ampliação do quantitativo de vagas neste nível de ensino.

foi um dos primeiros entes federativos a lançar um decreto que suspendia as atividades escolares presenciais, modificando a vida de mais de 460 mil estudantes. No âmbito federal, por meio da Medida Provisória nº 934, transformada em Lei de nº 14.040, fez-se possível a flexibilização da observância dos 200 dias letivos, previstos pela legislação. Devido à situação emergencial de saúde pública, indicaram-se alternativas para compensar a carga horária, o que se concretizou pela regulamentação da Portaria nº 343 do Ministério da Educação, que determinou, em caráter excepcional, o uso de tecnologias e plataformas digitais para assegurar a continuidade do trabalho pedagógico (Distrito Federal, 2020).

A despeito dos esforços de alguns setores da sociedade, a crise sanitária trouxe à tona o aprofundamento do descaso das elites econômicas e políticas em relação à classe trabalhadora, principalmente aqueles segmentos mais empobrecidos. Segundo Nicodemos (2020), a invisibilização destes grupos nas políticas públicas desenvolvidas no combate à covid-19, foi acrescido o abandono nas políticas educacionais e na EJA. De acordo com um estudo promovido pelo Observatório dos Direitos Humanos (2020) sobre o impacto da pandemia, grupos de baixa renda eram considerados mais propensos à infecção e à morte pelo vírus, além de serem afetados economicamente pela pandemia. Na visão de Santos (2020), as desigualdades no tocante às políticas de prevenção e contenção do vírus e a condição de vulnerabilidade em que se encontravam eram coerentes com práticas ligadas ao “darwinismo social”. De fato, observa-se, nesse momento, o agravamento de problemas sociais preexistentes, como indica Lopes e Vieira (2022, p. 4):

O desemprego, a informalidade, a falta de uma infraestrutura sanitária adequada, problemas sociais estruturais com os quais convivemos há um longo tempo tendem a agravar-se em decorrência dos abalos econômicos, o que torna alguns agrupamentos particularmente mais frágeis às mudanças, dos quais fazem parte os educandos da EJA, que pagam um alto preço pela derrocada financeira do Estado.

Devido à necessidade de isolamento social e à suspensão de aulas presenciais nas instituições educativas, o ensino remoto se tornou a alternativa mais viável. Escolas, universidades e diversas organizações buscaram se adaptar a esta realidade. No Distrito Federal, as ações desenvolvidas pela educação popular foram temporariamente paralisadas ao longo de 2020 e substituídas por atividades remotas. Este artigo reflete acerca da experiência do Projeto Paranoá-Itapoã de alfabetização de jovens e adultos, realizado por meio da parceria entre o CEDEP e a Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, a fim de identificar os desafios vivenciados por educandos(as) para levar adiante a luta pelo direito à educação e à vida em um contexto marcado por problemas de crise sanitária. No entanto, antes de discutir os resultados da pesquisa, contextualizaremos um pouco a história da parceria do CEDEP com a Universidade de Brasília na alfabetização de jovens e adultos populares.

3 PARCERIA ENTRE UNB E CEDEP E SUAS REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO DISTRITO FEDERAL

Refletir sobre a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas inter-relações com a educação popular exige reconhecer que esta proposta possui um acúmulo próprio. Segundo Mejía (2014), a Educação Popular se baseia na ação intencional junto a grupos sociais populares, transformando esta prática em uma atuação política na sociedade, com vistas a propor alternativas educativas e sociais a partir dos interesses desses grupos. De acordo com Paulo Freire (2000, p.15), o “conceito de educação de adultos vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras”. Ainda segundo o autor, uma destas exigências está relacionada à compreensão crítica dos educadores sobre o que ocorre no cotidiano do meio popular. Além de estar atento à cotidianidade, o educador não pode reduzir sua ação ao mero cumprimento de programas e disciplinas elaborados à revelia dos educandos, numa concepção bancária da educação. Os conteúdos a serem ensinados não podem ser completamente alheios àquela realidade. Ao contrário, “O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos, trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos. Nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da educação popular (Freire, 2000, p. 16).

Inspirados por Paulo Freire, entendemos que a Educação de Jovens e Adultos, em sua interface com a Educação Popular, se refere à educação dos oprimidos, pois busca promover os “inéditos-viáveis” mobilizados pelas classes populares, conceito que se conecta, portanto, à Educação Popular, definida, conforme Gadotti (2007), como tradução das lutas dos povos oprimidos e dos movimentos sociais, que clamam por melhores condições de vida e trabalho e que buscam a dissolução das desigualdades sociais e econômicas. Para Gadotti (2016, p.7), a Educação Popular engloba “a educação não como um processo formal, burocrático, cartorial, mas ligado essencialmente à vida cotidiana, ao trabalho, à cultura, valorizando processos formais e não formais”. Tendo em vista a compreensão da história dos oprimidos, analisar a ação protagonista dos movimentos populares neste momento nos sintoniza com a concepção de Paulo Freire, quando o autor afirma a importância da utopia:

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (Freire, 1992, p. 91-92).

A compreensão de Freire sobre utopia implica a denúncia de condições sociais opressoras no presente e o anúncio de um futuro a ser construído. Em direção semelhante, Walter Benjamin afirma que a história é marcada pelas ações dos grupos dominantes, que constroem as relações de poder que envolvem dimensões políticas e econômicas, embora não se limitem a elas. Ao analisar alguns apontamentos da tese XVI sobre a história de Benjamin, Gagnebin (1987, p. 13) ressalta que, para Benjamin, a "continuidade da história é a dos opressores", enquanto "a história dos oprimidos é uma descontinuidade". Nesse sentido, Benjamin argumenta que a história precisa ser escrita "a contrapelo", ou seja, do ponto de vista dos vencidos, de modo "identificar-se com 'os danados da terra', os que jazem sob as rodas desses carros majestosos e magníficos chamado civilização e progresso" (Löwi, 2002).

Inspirados pelos pensamentos de Freire e Benjamin, compreendemos a trajetória do Projeto Paranoá-Itapoã como um capítulo da história dos oprimidos, uma história aberta e escrita a contrapelo, fazendo parte, dessa maneira, da continuidade da ação educativa que o GENPEX/FE/UnB mantém desde 1986 com o Movimento Popular do Paranoá; inicialmente, com a Associação de Moradores do Paranoá e, de 1987 até os dias atuais, com o CEDEP. Dessa parceria, surge, em 1985, o Projeto de Alfabetização e Formação em Processo de alfabetizadoras(es) populares de jovens e adultos do Paranoá, mais conhecido como Projeto Paranoá- Itapoã (Reis, 2011).

O Projeto Paranoá-Itapoã tem suas origens no movimento de ocupação da região administrativa do Paranoá, iniciado durante a construção da capital federal, quando brasileiros de diversas regiões do país migraram para esta área e começaram a lutar por moradia e fixação. A luta em prol da posse definitiva da terra estruturou-se a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 por meio da mobilização de um grupo de jovens ligados à Igreja Católica que desenvolviam um trabalho político pastoral de conscientização em sua comunidade. Este grupo se organizou em uma associação de moradores e começou a pressionar, de forma mais efetiva, o poder público pela fixação da população e o fornecimento de serviços básicos, como educação, saúde, água, luz, esgoto, segurança e transporte (Reis, 2011).

Nesse momento, estes jovens percebem a educação de adultos como forma de fortalecer a luta e fixação da população na cidade, visto que a maioria dos moradores não era alfabetizada. Inicialmente, procuraram apoio da Igreja Católica local, mas, para que o trabalho se consolidasse, necessitavam de apoio pedagógico. Como naquele momento esse apoio era negado pelo governo local, eles foram buscá-lo, em 1986, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Desde então, a UnB desenvolve, em parceria com o Movimento Popular, por meio do CEDEP, um trabalho educativo voltado à educação e formação de educadores/as de jovens e adultos na região administrativa do Paranoá/Itapoã (REIS, 2011).

O GENPEX incorpora estudantes de graduação em pedagogia, mestrado e doutorado em educação, professores, servidores da Secretaria de Educação do DF e outros membros pesquisadores da Universidade de Brasília e outras instituições de nível superior. A parceria entre UnB e CEDEP tem como foco a formação inicial e continuada dos educadores, bem como a alfabetização de pessoas jovens e adultas realizada por educadoras oriundas da própria comunidade. Graduandos, pós-graduandos e educadores populares trabalham conjuntamente na constituição de sua identidade profissional e, assim, concebem um processo formativo com base nos pressupostos da Educação Popular.

A partir de 2018, o CEDEP inicia uma parceria com o Movimento de Educação de Base (MEB). Além da formação de educadoras realizada, de forma conjunta com o CEDEP e UnB, o MEB se responsabiliza pelo pagamento de bolsas a algumas educadoras populares, que, na realidade do Projeto Paranoá-Itapoã, são pessoas pertencentes à comunidade que se disponibilizam a ensinar ler e escrever outros moradores em seu processo de alfabetização. Conforme estudo realizado por Vieira e Pinto (2018), algumas alfabetizadoras não têm a formação acadêmica em licenciatura, e outras já concluíram sua graduação ou ainda estão cursando.

O MEB é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e atua desde o final dos anos 1950 na promoção da Educação Popular em diversos estados do Brasil. Ademais, foi um dos poucos movimentos populares que conseguiu sobreviver à ditadura civil-militar, instaurada em 31 de março de 1964. O MEB resiste até hoje, apoiando movimentos populares, como os desenvolvidos pelo CEDEP. Além de sua atuação em diferentes estados, ainda realiza ações de capacitação de agentes de educação de base no Distrito Federal no contexto da Educação Popular, inspirando-se na metodologia desenvolvida por Paulo Freire. No período desta pesquisa, esta organização oferecia uma bolsa no valor de R\$ 400,00, tendo como contrapartida o trabalho em sala de aula com carga horária de 3h, de segunda a quinta-feira, além da participação em encontros de formação de educadores populares às sextas-feiras, ou sábados.

Os educandos que frequentam as turmas do projeto de alfabetização Paranoá-Itapoã têm uma trajetória marcada pela descontinuidade escolar, uma vez que, durante a infância e adolescência, tiveram seus direitos à educação negados. São pessoas pertencentes às camadas populares que retomam o processo de escolarização de forma tardia, reconhecendo a importância da alfabetização para suas relações sociais. Eles encontram no movimento popular espaço onde são acolhidos como seres humanos. Dentro deste contexto, a educação popular apresenta-se como proposta de educação que faz sentido, pois, além de se alfabetizarem, debatem e buscam soluções conjuntas para os problemas vividos em sua comunidade (Reis, 2011).

4 A LUTA PELO DIREITO À VIDA E À EDUCAÇÃO: VOZES DOS EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Tendo em vista o agravamento das condições sociais e econômicas ao longo da pandemia, especialmente para os sujeitos da classe trabalhadora, propomos, neste item, identificar alguns dos desafios enfrentados pelos educandos do Projeto Paranoá-Itapoã na luta pelo direito à educação e à vida em um contexto de ensino remoto e isolamento social. Reconhecemos que analisar fenômenos do tempo presente é uma tarefa (in)conclusiva e desafiadora. No entanto, o registro das vozes desses educandos nos aproxima da percepção qualitativa da temporalidade proposta por Benjamin, que é "fundada, de um lado, na rememoração e, de outro, na ruptura messiânica/revolucionária da continuidade" (Lowy, 2002, p. 6).

Considerando estes desafios, fizemos uso da pesquisa qualitativa, por se tratar de uma abordagem apropriada aos estudos das ciências sociais, que assegura o estudo da experiência social, sobretudo por adequar-se aos “produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2008, p. 57). Visto que, ao longo da pandemia, foi realizado um acompanhamento didático-pedagógico junto a grupos populares e os dados gerados a partir destas atividades tinham como objetivo alimentar e aprimorar a prática pedagógica desenvolvida, optou-se pela pesquisa-ação como método. Segundo Thiollent (1997), a pesquisa-ação é uma forma de investigação que busca suscitar nos participantes uma reflexão crítica sobre a realidade, com vistas a promover mudanças sociais nos grupos populares e nas camadas menos favorecidas da sociedade. Esta pesquisa é realizada por meio de uma ação, ou de uma situação-problema que emerge do coletivo e exige maior envolvimento, interação e cooperação entre pesquisadores e participantes. O objetivo é resolver, ou ao menos esclarecer, a situação observada, ampliando tanto o conhecimento do pesquisador, quanto a consciência do grupo envolvido.

Os dados analisados neste artigo baseiam-se em entrevista grupal realizada virtualmente com cinco educandos do projeto por meio da plataforma Google Meet, além de questionário aplicado a 22 educandos, que abordava aspectos da vida social, educativa, política e econômica durante a pandemia. Devido ao isolamento social, o questionário foi conduzido por meio de ligação telefônica, uma vez que os educandos estavam em processo

de alfabetização, o que dificultava o preenchimento de formulários on-line, comumente enviados por correio eletrônico, ou outras mídias⁶.

Durante a realização da pesquisa empírica, ocorrida no primeiro semestre de 2022, o CEDEP possuía 103 educandos em seis turmas. Dado o contexto emergencial, duas turmas funcionavam presencialmente na residência das educadoras, enquanto outras três ocorriam em espaços comunitários, manejando tanto atendimento presencial, quanto atividades remotas síncronas. Havia também uma turma de preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), realizada de forma remota pela plataforma Google Meet.

A luta pela ampliação do direito à educação implica reconhecer quem são os educandos que frequentam e demandam estes espaços educativos. Pelos questionários, é possível identificar particularidades que perfilam as características destes sujeitos, que incluem referências ao pertencimento etário e às fases da vida, agregando outras especificidades que justificam, inclusive, a importância desta modalidade educativa. Uma primeira análise do perfil dos educandos participantes da pesquisa revela que, dos 22 respondentes, nove são homens, representando 40,9% do total, enquanto 13 são mulheres, o que equivale a 59,1%. A maioria é originária de estados da região Nordeste, sendo: seis da Bahia, um de Brasília, um do Ceará, 2 de Goiás, dois do Maranhão, seis de Minas Gerais, um de Pernambuco e dois do Piauí.

Ao serem perguntados sobre os impactos da pandemia de covid-19 em suas vidas, alguns educandos assim se manifestam:

(...) Eu e meu marido pegamos covid e até hoje não recuperamos totalmente, fomos para o hospital. Passamos para minha filha, para o marido. Ficamos bem ruins. (educanda).

(...) Para mim foi bem tranquilo na questão financeira, eu moro sozinho e ainda consegui o auxílio emergencial. A questão difícil foi dos laços com a família, as interações, as amizades. (educando).

(...)Olha, eu estava estudando, mas aí com a pandemia, eu parei de estudar (...) eu falei: agora vou ficar sem trabalhar, sem estudar, mas graças a Deus trabalho não faltou.

Os relatos revelam que a vida dos educandos foi afetada em diversas áreas, com ênfase nos aspectos da saúde, econômico e educacional. Em virtude da necessidade de

⁶Os sujeitos participantes assentiram a sua participação em termo de livre consentimento e esclarecido, concordando em ceder os dados produzidos nesta pesquisa, sendo preservadas, no entanto, suas identidades.

sobrevivência familiar, muitos não puderam realizar o isolamento social, sendo obrigados a trabalhar, mesmo que isso colocasse em risco sua saúde ou a saúde de seus familiares. Além disso, vários educandos interromperam os estudos por causa do isolamento. Outros enfrentaram dificuldades para manter o emprego e garantir sua subsistência. Soma-se a isso o fato de viverem em regiões periféricas, com condições precárias de saneamento básico e moradia, o que contribuiu para a propagação do vírus, resultando em problemas de saúde e, em muitos casos, perdas de vidas.

Uma pesquisa desenvolvida no início da pandemia com 30 mil pacientes, em diferentes municípios brasileiros, mostrou que o aumento da taxa de mortalidade estava relacionado a variáveis socioeconômicas, como escolaridade e pertencimento racial. Segundo este estudo, a taxa de letalidade era maior entre pessoas sem escolaridade (71,3%) em comparação com aquelas com Ensino Superior (23%), o que, de acordo com os autores, pode estar ligado a “diferenças de renda que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde” (Batista et al., 2020, p.5). Ainda segundo o estudo, ao se relacionar os dados sociais com o pertencimento étnico-racial, observa-se que a taxa de letalidade foi maior entre pessoas negras do que entre brancas. Isso evidencia o enraizamento do racismo estrutural na sociedade brasileira e como a pandemia intensificou ainda mais as “injustiças sociais sofridas pelos afrodescendentes brasileiros, grupo que (...) integra, majoritariamente, as classes de EJA como estudantes” (Nicodemos e Serra, 2020, p. 875).

Diante desse contexto, como os participantes desta pesquisa compreendem os desafios e experiências vividos durante a pandemia? Alguns educandos descrevem as lições aprendidas a partir da experiência, ao mesmo tempo em que apontam os desafios decorrentes dos impactos econômicos. Uma das educandas relata que: “Aqui foi assim, meio difícil. Ficamos um bom tempo sem trabalhar por causa da pandemia (...) meu marido pegou e ficou quase um mês parado em casa. Então, ficou muito difícil para nós”. Outra menciona as dificuldades em garantir a subsistência: “Eu fui ao mercado e não tive coragem de fazer a compra que eu estava planejando, porque, quando cheguei lá, os ovos estavam custando vinte reais”.

Com o início da pandemia, muitos jovens e adultos que frequentavam espaços não formais de educação, como o projeto Paranoá-Itapoã, enfrentaram problemas relacionados à manutenção de sua sobrevivência, com poucas expectativas de retorno aos estudos. Para amenizar tais impactos, alguns deles tiveram que criar alternativas para superar as dificuldades de ordem financeira, como ilustra o relato a seguir:

Quando fechou os mercados eu tive que sair vendendo nas casas. Colocava a máscara, encaixava tudo na bicicleta e ia entregando tudo nas casas das pessoas. Tínhamos que produzir bem menos (...) A luta da roça é essa, é tratar para poder sobreviver, porque emprego mesmo é difícil depois dos 50. Daí a gente tem que se organizar onde a gente mora mesmo (educando).

O relato deste educando, morador de área rural, evidencia que, em virtude da crise econômica agravada na pandemia, enfrentou dificuldades relativas à produção e distribuição dos produtos que cultivava no campo. Como solução temporária, diminuiu a produção e passou a entregar os produtos diretamente nas residências. Além de percorrer longas distâncias de bicicleta, rompeu o isolamento social, arriscando contrair o vírus para garantir a subsistência da família. Outra educanda afirma não ter recebido auxílio do Estado, embora se enquadrasse no perfil: “eu nunca consegui os auxílios do governo, mulher (...) Não consegui o vale gás, o bolsa família”. Relatos como estes indicam que o agravamento da covid-19 nas classes populares poderiam ter sido minimizadas, caso o direito ao isolamento social tivesse sido garantido. No entanto, sem este amparo do Estado, estes segmentos da população ficaram mais expostos ao vírus e sofreram de forma contundente os efeitos da crise sanitária, pois tiveram que continuar trabalhando e recriando suas formas de subsistência.

Segundo Nicodemos e Serra (2020), é necessário aprofundar o debate sobre as marcas identitárias dos sujeitos da EJA, especialmente em relação ao pertencimento de gênero, classe, origem territorial e étnico-racial, entre outros. Esta realidade coloca os educandos da EJA e da educação popular em uma situação de vulnerabilidade diante dos impactos da pandemia da covid-19, sofrendo não apenas as consequências econômicas, mas também os efeitos da doença e de seu tratamento.

Este conjunto de circunstâncias nos remete às reflexões de Paulo Freire no livro *Pedagogia do Oprimido*. Para o autor, durante a trajetória de vida, os homens e mulheres podem se deparar com barreiras que os impossibilitam de prosseguir. Os obstáculos podem ser situações correntes da vida, próprias do momento histórico em que estão inseridos. Tais desafios são denominados por Freire de situação-limite. Segundo ele, os sujeitos podem ter atitudes distintas diante delas. Caso percebam que a barreira impede a caminhada, o indivíduo pode ter a atitude de aceitação, acomodação e paralisia. No entanto, ao perceberem criticamente que o obstáculo precisa ser superado, podem desenvolver a atitude de enfrentá-lo e superá-lo.

Freire, por meio da categoria situação-limite, vislumbra a existência de algo novo, não conhecido e vivido na sociedade, mas, quando este “algo novo” se torna um “percebido e destacado”, ele passa a ser um tema-problema que poderá ser enfrentado e transformado. Quando perguntados sobre os motivos de se disporem a retomar os estudos e/ou

permanecerem estudando mesmo em tempos de pandemia, os poucos que responderam reportaram o desejo de continuar aprendendo e recuperar os aprendizados que não foram desenvolvidos na juventude.

As entrevistas registram o quanto o período de pandemia foi marcado por experiências difíceis, como o luto, a ansiedade, o sentimento de medo, a solidão e a impotência diante do vírus. Como já mencionado, os relatos mostram que muitas famílias não tiveram direito ao isolamento. Na tentativa de contribuir para a superação do processo de desumanização, acentuado nos tempos pandêmicos, os educadores ligados ao CEDEP buscaram desenvolver ações necessárias para superação desse contexto. Segundo Freire, estas ações são denominadas de atos limites, pois “se dirigem à negação do dado, da aceitação dócil e passiva do que está aí, implicando uma postura decidida frente ao mundo” (Freire, 1992, p. 206)

Esta realidade vivenciada em diferentes cotidianos provoca percepções diversas, como também o desafio de criar alternativas para a atuação de educadores(as) que trabalham em projetos de educação popular, como o CEDEP. Nesse momento, muitos(as) educadores(as) têm, nos princípios presentes na proposta educativa de Paulo Freire, nos(as) educandos(as) e nas causas da Educação Popular, os motivos de continuarem a luta. Freire denomina esse conjunto de ações coletivas, voltadas para a superação de situações-limite, de 'inédito-viável', ou seja, os sonhos possíveis, que ainda não se concretizaram. É importante ressaltar que este conceito emerge vinculado inicialmente à ideia que André Nicolai defendeu como “soluções praticáveis despercebidas” (Freire, 1987, p. 107). Ou seja, não se trata apenas de alcançar soluções prontas e imediatas, mas de vislumbrar a possibilidade de, ao atuar no mundo, transformá-lo. Nestes termos, inédito-viável também pode ser relacionado às ideias de utopia e de sonho possível. Segundo Danilo Streck:

Essa busca de inéditos-viáveis ou do sonho possível pode acontecer no cotidiano da sala de aula, na gestão de escolas ou de sistema de ensino, no trabalho com saúde pública, em movimentos sociais e em qualquer lugar onde se aceita a premissa de que o futuro não precisa ser a repetição do presente e que a educação tem um papel em projetar e construir este outro futuro. A educação, está certo, não tem o poder da economia, o voto dos políticos ou as armas do exército. Mas, paradoxalmente, para Freire, é nesta sua fraqueza que reside sua força. A palavra, quando unida à ação, tem um poder mágico (2007, p. 7).

É nessa ideia de sonho possível que a educação popular e a EJA precisam ser compreendidas: uma educação pautada em uma perspectiva dialógica e crítico-emancipatória, na qual educadores e educandos se engajam na transformação da realidade por meio da superação das situações-limite, que, na visão de Freire, atuam como freios que impedem a mudança, sendo vistas como barreiras ou “determinantes históricas,

esmagadoras, em face das quais não cabe outra alternativa, senão adaptar-se”. (Freire, 1987, p. 94). No entanto, por meio de uma educação problematizadora, podem-se vislumbrar os sonhos possíveis. Para o estudioso, somente na história como possibilidade, e não como determinismo, “se percebe e se vive a subjetividade em sua dialética relação com a objetividade. É percebendo e vivendo a história como possibilidade que experimento plenamente a capacidade de comparar, de ajuizar, de escolher, de decidir, de romper” (Freire, 2000, p. 57).

Nesse espírito, as atividades pedagógicas do Projeto Paranoá-Itapoã de alfabetização foram retomadas no início de 2021 por meio do ensino remoto. Além do trabalho educativo, o CEDEP contribuiu para a arrecadação e distribuição de cestas básicas a famílias que enfrentavam situações de insegurança alimentar. Às educadoras, coube o trabalho de arrecadar, organizar e distribuir as cestas básicas aos(as) educandos(as), tendo como requisito essencial para recebimento deste benefício ser matriculado no CEDEP e assíduo nas turmas. Outra ação realizada foi a distribuição de materiais impressos para realização de atividades educativas para complementar as instruções/orientações educativas que as educadoras enviavam por mensagens no WhatsApp, principalmente para os educandos que residiam na zona rural do Paranoá.

Nesse período, o CEDEP também funcionou como centro de apoio e informações. As educadoras orientavam aos educandos sobre como obter o cadastramento no auxílio emergencial, do Cartão Gás e Prato Cheio⁷, dentre outros benefícios sociais temporários. Três educandos mencionaram que, por meio deste apoio, obtiveram benefícios assistenciais fornecidos pelo governo nas áreas de educação, alimentação e saúde. Apoio semelhante também foi dado na turma preparatória para o Encceja, uma vez que a educadora responsável colaborou no repasse de informações relativas a este exame, dando suporte para as inscrições dos(as) educandos(as) que tinham dificuldades na inscrição do certame.

Com o início da vacinação, em fevereiro de 2021, e a progressiva diminuição no número de mortes por covid-19, algumas educadoras se sentiram mais seguras e passaram a lecionar para educandos de forma presencial em suas residências e grupos de alfabetizando(as) com maiores dificuldades de aprendizagem. Este atendimento presencial ocorreu em algumas turmas da região rural de Paranoá, conhecida como “Café sem Troco”. Para alguns educandos, este atendimento presencial contribuiu para os desafios advindos com o ensino remoto, uma vez que não possuíam efetivas condições para participar com qualidade nas aulas remotas, pois não tinham, em suas residências, espaço adequado para

⁷ Cartão Gás e Prato Cheio são benefícios sociais concedidos pelo Governo do Distrito Federal.

estudar, aparelhos eletrônicos e internet com boa qualidade, conforme estudo realizado por Santos (2021). Não obstante as dificuldades no acesso às tecnologias, muitas educadoras seguiram mantendo contato por meio de WhatsApp com os educandos(as) durante o período de isolamento social, como forma de motivá-los a prosseguirem nos estudos e superarem as dificuldades e incertezas advindas do período. Um dos educandos assim se manifestou:

Foi um problema para todo mundo, mas uma área que me atingiu bastante foi pelo fato de eu morar sozinha, só com meus cachorros, o emocional ficou abalado, ficar presa, sozinha e distante. Isso me afetou demais, mas foi só até eu conhecer a L.(educadora). Comecei a ter aulas online. Já que entrei nas aulas durante a pandemia, as aulas, mesmo a distância, me fizeram muito bem (educanda).

Por meio deste relato, é possível constatar que, a despeito das dificuldades advindas do isolamento social, os encontros educativos on-line e o acolhimento realizado ao longo deste período pelo CEDEP contribuíram para fortalecer o desejo de prosseguir nos estudos. O relato mostra que, para além das aprendizagens, foi construída uma relação de amizade e companheirismo, como indica o estudo de Drago (2020). Tal como sugere Reis (2011), o acolhimento na EJA é fundamental na permanência nos estudos, sendo uma “condição ontológica a constituição do sujeito de poder-saber. Sobretudo, se considerarmos que o alfabetizando é um excluído dos bens da economia, da política, do saber, do sentido e do afeto” (Reis, 2011, p. 72).

Em suma, as práticas mencionadas contribuíram para que os(as) educandos(as) atravessassem a pandemia, não se sentindo distantes do projeto educativo que anteriormente participavam. As atividades educativas são pertinentes à parceria Genpex/FE/UNB/CEDEP, que, em sua caminhada, têm construído alguns aprendizados, dentre eles, o de que “problema é para superar e não desistir; o aprendizado dos educadores de que é no coletivo que nos constituímos e, por fim, o processo formativo dos estudantes de Pedagogia da UnB que acontece, fundamentalmente, na relação teoria-prática” (Vieira, Reis e Sobral, 2021, p. 321).

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia covid- 19 evidenciou, de forma inegável, as contradições associadas às desigualdades sociais, econômicas, educacionais, étnicas e de gênero. Ao longo da crise sanitária, o mundo se viu tomado pela incerteza, e muitos setores enfrentaram desafios sem precedentes. Este contexto nos convidou, enquanto pesquisadores, a refletir de forma crítica sobre esse momento e a buscar alternativas que garantissem o direito à vida e à aprendizagem.

Nesse momento, grupos da sociedade civil se articularam para apoiar alfabetizando em processo de alfabetização e garantir a continuidade de atividades educativas, entre eles, o Projeto Paranoá-Itapoã. Este artigo teve como objetivo analisar os desafios vivenciados por estes educandos na luta pelo direito à educação e à vida em um contexto de ensino remoto e isolamento social. A pesquisa indica que, no grupo investigado, aos problemas de exclusão educacional, acrescentou-se a luta pela sobrevivência econômica, uma vez que a maioria dos educandos pertence à classe trabalhadora e não teve garantido pelo Estado o direito de realizar o isolamento social de forma digna e humana.

A investigação também mostra que a criação de espaços de troca, acolhimento e apoio mútuo se tornou fundamental para minimizar o sofrimento humano, possibilitando a superação de situações-limite frequentemente intransponíveis. Nesse contexto, a atuação do CEDEP e do Genpex se destacou ao promover atividades formativas junto a grupos populares. Estas iniciativas foram essenciais para o acolhimento dos alfabetizando da educação popular. Muitos educandos puderam contar com o apoio do CEDEP, que não se limitou ao ensino da leitura e escrita, mas também forneceu informações essenciais e distribuição de alimentos e materiais didáticos, garantindo condições básicas para que eles pudessem continuar seus estudos e se fortalecessem em sua luta pelo direito à vida e à educação.

Considerando que, no projeto Paranoá-Itapoã, a dimensão do acolhimento é uma estratégia pedagógica que contribui à permanência dos educandos no contexto da EJA, a pesquisa evidencia que a Educação Popular foi um dos espaços onde os educandos tiveram possibilidade de falar e de serem escutados, o que constituiu fonte de estímulo para continuarem persistindo nos estudos. O fato de não se saberem sozinhos(as), mesmo em meio a contextos tão incertos, como o que foi observado durante o período da pandemia da covid-19, foi fundamental para que os educandos (as) estreitassem os vínculos entre si e com as educadoras, o que contribuiu para a travessia sinuosa vivida durante a crise sanitária.

Vislumbra-se nas categorias do inédito-viável e atos-limite um diálogo intenso com o contexto de pandemia e com a atuação dos educadores do CEDEP, o que nos mostra que, apesar da crise econômica, política e sanitária, os sujeitos da educação popular buscaram exercitar o verbo *esperançar* em suas práticas, inaugurando uma história aberta na perspectiva dos oprimidos, como nos ensinam Benjamim e Paulo Freire. Ações desta natureza situam a educação popular como locus de resistência, evidenciando a importância de ações educativas que ensejem o acolhimento e a escuta sensível e atenta sobre as realidades vivenciadas, propiciando a resolução de situações-limite e a criação de inéditos-viáveis em tempos de incerteza.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Amanda et al. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Nota técnica 11/2020. Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde - NOIS/PUC-RJ, 2020. Disponível em: <https://xdocz.com.br/doc/nt11-analise-descritiva-dos-casos-de-covid-19-283gkzml2n6> Acesso em: 06 fev. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 14 mar. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientações para a organização do trabalho pedagógico da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino do distrito federal**. Brasília, DF: SEEDF, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/orienta%C3%A7%C3%B5es-EJA.pdf>. Acesso em 02 fev. 2023.

DRAGO, Larissa Silva do Nascimento. **A educação popular nos tempos de pandemia - a experiência da educadora popular Rosa**. Monografia. Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação - FE, Universidade de Brasília (UnB). Distrito Federal, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

GADOTTI, M. Paulo Freire e a educação popular. **Revista trimestral do debate da FASE**, São Paulo, v. 31, n. 113, p. 21-27, jul./set., 2007.

GADOTTI, Moacir. Educação popular e educação ao longo da vida. In: BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas**. Brasília: MEC, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **W. Benjamin ou a história aberta**. Prefácio a W. Benjamin. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 fev. 2023

LOPES, Rosimeire A. Pereira; VIEIRA, Maria Clarisse. Trilhas calcadas na pandemia: o ensino remoto e o novo normal na Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal. **Revista Cocar** (online), v. 11, p. 1-18, 2022.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos avançados**, 16 (45) ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200> . Acesso em: 07 fev. 2023.

MEJÍA, M. R. J. La Educación Popular: uma construcción colectiva desde el Sur y desde abajo. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Dossiê Educação de Jovens e Adultos; aprendizagem no século 21; diversidade de sujeitos que aprendem; aprender como prática social, v.22, n. 62, jun./2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NICODEMOS, Alessandra; e SERRA, Ênio. Educação de Jovens e Adultos em Contexto Pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v.20, n.3, p. 871-892. UFRJ. set./dez. 2020.

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **US**: adress impact of COVID-19 on poor. Março, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/03/19/us-address-impact-covid-19-poor>. Acesso em 22 nov. 2021.

REIS, Renato H. dos. **constituição do ser humano**: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Mônica Pinto Gama dos. **Educação/alfabetização popular de adultos e idosos no Paranoá/Itapoã**: da aprendizagem presencial à aprendizagem remota. 2021. 89 p. Monografia. Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação - FE, Universidade de Brasília (UnB). Distrito Federal, 2021.

STRECK, Danilo. Algumas lições do mestre. **Revista do Instituto Humanistas**. São Leopoldo/RS: Unisinos, ano VII, n. 223, p. 6-8, jun. 2007.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

VIEIRA, Maria Clarisse.; REIS, Renato Hilário; SOBRAL, Julieta Borges L. **Educação de jovens e adultos como ato de amor, poder e saber**. Brasília: DEG/UnB, 2015.

VIEIRA, Maria Clarisse; SOBRAL, JULIETA. B. Lemes; REIS, RENATO HILÁRIO DOS. Singularidades da educação popular do Paranoá-Itapoã (DF): uma construção entre Universidade de Brasília e Movimento Popular Organizado. **Revista Educação & Emancipação**, v. 14, p. 303, 2021.

VIEIRA, Maria Clarisse; PINTO, Luciana Oliveira. Formação de educadores populares a partir de parceria entre universidade e movimentos sociais. **Interfaces da educação**, v.9 , n. 26, p.246-249, 2018.

Revisão gramatical realizada por: Mariana Beraldo Santana do Amaral da Rocha.

E-mail: marianasantanadoamaral@yahoo.com.br